

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS: uma análise do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Campo

COSTA, Luis Filipe da Silva¹
RIBEIRO, Itala Renata Barbosa²
DANTAS, Elaine Luciana Sobral³

RESUMO: As práticas educacionais inclusivas são indispensáveis para o processo educacional e são inúmeros os marcos legais que estabelecem diretrizes e políticas públicas para o desenvolvimento destas. Nesse sentido, a formação continuada dos docentes da educação básica, pode ser um grande aliado para a inclusão do público com necessidades educacionais específicas e reduzir os processos excludentes. Desta maneira, realizou-se uma análise de cunho documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola campo do semiárido potiguar; e a observação participante do referido espaço. Pode-se perceber que embora a instituição seja um referencial acerca dos trabalhos na perspectiva da inclusão, está ainda discorre de maneira incipiente em seu PPP, inclusive, com ausência de instrumentos norteadores, como é o caso do Plano Educacional Individualizado e o Plano de Desenvolvimento Individual. Assim, percebe-se que se faz necessário as ações reflexivas acerca da promoção e garantia para a conscientização dos processos que permanecem “presentes e excludentes” no que diz respeito à formação continuada dos professores e todos aqueles que atuam no âmbito educacional, direcionadas especificamente no contexto da Educação Especial e Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada; inclusão; educação especial e inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial e Inclusiva no Brasil, diz respeito a uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas educacionais (Brasil, 1996). A mesma, vivenciou uma séries de movimentos internacionais, desde a década de 1990, conforme afirma Almeida *et al.* (2023), instrumentos como a Declaração de Educação para Todos e mesmo a Declaração de Salamanca, promoveram considerável influência no processo de construção e realização de ações públicas com o intuito de garantir o acesso aos educandos com deficiências.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia, bolsista no Programa de Residência Pedagógica - PRP Docência - Pibid, pela Universidade Federal Rural do Semi - Árido - Ufersa, Campus de Angicos/RN, luis.costa53464@alunos.ufersa.edu.br

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Maciço de Baturité, preceptoria no Programa de Residência Pedagógica, italarenatab@gmail.com

³ Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora de Magistério Superior na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa, campus de Angicos/RN. elaine.sobral@ufersa.edu.br

Partindo desse pressuposto, em 6 de junho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) contemplando na lei nº 13.146. O estabelecimento dessa legislação, busca promover e assegurar condições capazes de auxiliar na participação e inclusão social deste público. Dessa maneira, a partir da promulgação desta lei, tornou-se necessário o desenvolvimento ativo de práticas educacionais inclusivas, capazes de compreender as necessidades dos sujeitos com deficiência, com vistas a promover a autonomia destes e para obtenção de resultados positivos.

De acordo com Zabala (1998, p. 102) “o crescimento pessoal dos alunos implica como objetivo último serem autônomos para atuar de maneira competente nos diversos contextos em que haverão de se desenvolver.”. Assim, cabe às instituições de ensino atribuir em suas práticas pedagógicas, a implementação do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) que conforme Zerbato e Mendes (2018, p.152)

tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes.

Ou seja, o DUA é uma ferramenta importante e eficaz no desenvolvimento efetivo das práticas pedagógicas inclusivas, embora, este ainda não seja reconhecido nas instituições de ensino e seu uso se mostra de forma incipiente. A partir disso, é necessário que durante o processo formativo docente, se possa trabalhar e desenvolver uma conscientização plena dessa ferramenta e suas possibilidades de estratégias favoráveis para garantir uma educação de qualidade para todos os educandos com ou sem deficiência.

No que refere-se à formação de professores, é importante salientar que são poucas as instituições de ensino que promovem uma formação continuada de qualidade, e que seja capaz de suprir a necessidade de capacitação. Esse processo, por sua vez, remete não apenas aos professores, mas, a toda a comunidade que atua no âmbito educacional (funcionários, coordenadores, gestores) e também, não podemos deixar de mencionar a participação ativa do apoio familiar para que esses profissionais tomem consciência dos princípios da Educação Inclusiva.

Sobre isto, dissertam Antunes e Yared (2023, p. 3) “a formação continuada representa espaço privilegiado e fundamental para problematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a educação especial e práticas inclusivas”. Desse modo, os professores tornam-se mais acolhedores, inclusivos, capazes de aceitar e assegurar a acessibilidade em todos os espaços, refletindo a sua prática e pensando em estratégias eficazes durante o processo de preparação que engloba toda essa realidade.

Além disso, para que a formação continuada da Educação Especial e Inclusiva tenha êxito no aprimoramento da prática profissional do educador, a resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE de nº 1, de 27 de outubro de 2020 em seu Art. 7 estabelece que, “[...] deve atender às características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica”. (Brasil, 2020, p. 5).

Vale ressaltar que apesar de ser algo desejado, a falta de políticas públicas vêm se tornando um desafio para os professores(a) da sala de aula regular e para aqueles do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Consideramos aqui, também, o alto índice de pessoas com deficiência matriculadas nas instituições de ensino, que cada vez mais têm aumentado significativamente. De acordo com uma publicação feita por Carolina Pessoa, repórter da Rádio Nacional - Brasília por meio Radioagência, o número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas e privadas têm crescido no Brasil. De acordo com o último Censo Escolar da Educação Básica, em 2022 eram quase 1,3 milhão de estudantes, e a maior parte tem deficiência intelectual, seguida de pessoas com autismo e deficiência física. Pode-se acrescentar a isso, a falta de recursos pensados exclusivamente para cada tipo de especificidade/deficiência, portanto, a escassez, seja ela visível ou oculta, gera tais ações que acabam sendo uma fonte de processos “excludentes” e “descontextualizados”.

Nesse contexto, foi possível analisar, dados importantes que abordam essas dificuldades descritas em uma pesquisa desenvolvida pela revista A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Queiroz, 2023, ed. 326) ao afirmar que:

A inclusão escolar foi o maior problema identificado em mapeamento realizado entre 2019 e 2020 com 3 mil famílias latino-americanas, mil delas brasileiras, de autistas com idade entre 3 e 18 anos. Pesquisadora do Centro Mackenzie de Pesquisa sobre Infância e Adolescência e do Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a psicóloga Cristiane Silvestre de Paula foi uma das coordenadoras do estudo, concluído em 2020, que envolveu a Rede Latino-americana pelo Autismo. No levantamento, constatou-se que 37% das 3 mil famílias não recebiam nenhum tipo de auxílio saúde ou educação.

Assim, não se pode pensar e elaborar um Projeto Político Pedagógico (PPP) sem avaliar a necessidade de se desenvolver políticas, culturas e práticas inclusivas. Esse tripé não se dissocia e deve permanecer em conjunto para que esse documento leve em consideração as aprendizagens das crianças e as formas de organização dos espaços da escola com um todo.

A resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE de nº 1, de 27 de outubro de 2020 afirma que para tornar esses processos válidos e de fato inclusivos - para e com as pessoas com deficiência - é necessário competências e habilidades pensadas na formação contínua de professores da rede básica que sejam capazes de: identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência. (BRASIL, 2020, p. 12)

De acordo com Veiga (2002, p. 1), “a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos”. Embora a temática retrate as formações dos professores, é importante salientar que, não é somente nas formações continuadas que se deve falar em inclusão, é necessário que a mesma perpassa por todas as ações da escola; para que isso aconteça.

Desse modo, é importante uma ampliação de diálogos sobre os temas educacionais inclusivos, a comunicação, o envolvimento de todos, com o mesmo objetivo: promover a conscientização desse documento e aplicabilidade do mesmo, para que não se permaneça um acesso restrito apenas a públicos específicos. Ou seja, deve-se fugir dessa ideia de “elaborar tudo conforme o planejado” se as pessoas ainda desconhecem do que se trata o PPP e as suas funcionalidades e obrigatoriedades.

Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em uma análise de um projeto político pedagógico de uma instituição de ensino de um município do interior do Rio Grande do Norte. Dessa forma, partimos das seguintes indagações: o PPP analisado possui a intencionalidade de promover reflexões acerca das abordagens docentes na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva? Qual a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias educacionais eficazes no processo de Ensino e Aprendizagem para e com a pessoa com deficiência são levadas em conta?

2 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho, pauta-se em na análise de cunho documental, que configura-se, de acordo com Lüdke e André (1986, p.39):

[...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Assim como, utilizamos dados construídos durante o período de ambientação na escola campo com sessões de observação participante que segundo Valladares (2007, p.154):

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado.

Logo, é impossível pensar num documento sem considerar o seu contexto histórico. Diante disso, realizamos a análise do PPP, fazendo reflexões acerca da construção desse documento, bem como ele deve ser sistematizado, e de que maneira ele se constitui democraticamente. Segundo Veiga (2002, p.2):

“O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.”

Somente assim, sendo construído democraticamente e coletivamente, será possível elaborar e desenvolver um projeto político pedagógico pautado na inclusão desse público, para o aprimoramento de ideias e estratégias na formação dos docentes, e tornando-os capazes de ressignificar os processos que se permanecem excludentes nas instituições de ensino. E por fim, assegurando e garantindo o seu desenvolvimento pleno e participação ativa na sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange a análise do projeto político pedagógico da referida instituição de ensino, foi possível destacar que a mesma é a única que dispõe de:

“uma Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE (onde em horário inverso a matrícula regular dos alunos com deficiências ou necessidades especiais são atendidos. A Secretaria Municipal de Educação criou um horário onde alguns estudantes de outras escolas do município também venham a se beneficiar com essa modalidade de ensino tão importante para a garantia da equidade na educação.” (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 23)

Essa sala possui uma equipe composta pelos seguintes profissionais: coordenadora, pedagogo, psicopedagoga, psicóloga, e assistente social; esses indivíduos visam em seu trabalho a identificação e o desenvolvimento das habilidades presentes nos educandos para que eles se conheçam e se reconheçam como sujeitos autônomos em seu processo construtivo/constitutivo.

Todavia, no que se refere às ações formativas existentes no PPP, essas se apresentam de forma insuficiente, uma vez que, a instituição reconhece apenas que “a formação dos professores será realizada durante os encontros de planejamento” (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 29), mais não detalha e explica como isso ocorrerá. Assim, pode-se compreender que o fomento a essas práticas se manifesta de forma incipiente no documento analisado, o que pode refletir na falta de capacitação para lidar com este público específico.

Entretanto, no que se refere de maneira geral às ações de inclusão promovidas pela referida instituição com base nas observações que foram desenvolvidas, foi possível notar que a mesma apresenta processos incipientes no que diz respeito a inserção de alunos com deficiência; além disso, a participação destes educandos é por vezes mínima nas atividades extracurriculares.

Em relação às avaliações, estas se dão de forma bem variada, uma vez que, somente alguns educandos têm adaptações que contemplem suas habilidades e potencialidades. Foi observado também a falta de Instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e Plano Educacional Individualizado (PEI) os mesmos ainda estão sendo pensados/planejados para serem aplicados, de maneira que registrem os avanços e dificuldades destes educandos. Conforme aponta Pereira (2019, p. 3)

O PDI, além de ser uma exigência legal para nortear a condução das ações e estratégias da instituição educacional na oferta de uma educação de qualidade ao aluno público alvo da educação especial, deve, principalmente, acolher e contemplar os anseios e necessidades da pessoa com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação e de sua família, contribuindo com o desenvolvimento e aprendizagem desse público no espaço escola

No que refere-se a segunda ferramenta, esta surge como uma aliada importante e de uso indispensável, pois que, de acordo com Siqueira, Redig e Estef (2015, p. 4):

Entende-se como PEI, um planejamento individualizado, onde é periodicamente revisado e avaliado, contendo todas as informações do discente. Tem como base interesses, possibilidades, conhecimentos do estudante, bem como suas necessidades e prioridades de aprendizagem (como ensinar, quem vai ensinar e como ensinar).

Sua construção, de acordo com Mascaro, (2018, p. 15) “[...] deve ser realizada em colaboração com diferentes atores da escola: professores do ensino comum, professores especialistas, profissionais de apoio da escola, familiares e o próprio aluno (quando for possível)”.

Por fim, é importante salientar que essas ferramentas constituem como práticas pedagógicas capazes de auxiliar na atuação do(a) professor(a) promovendo uma intervenção para atender os objetivos desenvolvidos para o educando e a sua turma a qual ele encontra-se inserido(a).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do contexto explicitado, se faz necessário refletir, promover e garantir uma conscientização dos processos que permanecem “presentes e excludentes” no que diz respeito à formação continuada dos professores e todos

aqueles que atuam no âmbito educacional, direcionadas especificamente no contexto da Educação Especial e Inclusiva.

Tendo em vista que somente assim, será possível ressignificar a realidade existente utilizando-se e pensando em objetivos tais como: desmistificar “essa ideia de não fazer” e começar a pensar em estratégias sobre: o que fazer? e “como” fazer? para não excluir. Promovendo então, soluções e estratégias favoráveis para garantir uma educação de qualidade para todos os educandos, garantindo também o seu direito de participação ativa em todas as ações propostas dentro e fora dos espaços educacionais.

5 AGRADECIMENTOS

Por fim, quero expressar minha gratidão às aprendizagens significativas no Programa Residência Pedagógica - PRP pela Universidade Federal Rural do Semi - Árido - UFERSA, Campus de Angicos/RN, sua implementação se torna necessária e eficaz na trajetória do meu processo de formação docente. Gratidão, a coordenadora do núcleo Elaine Luciana Sobral Dantas, que proporcionou conhecimentos e estudos assertivos nas orientações para o desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos durante o período de tempo/encontros que foram realizados no programa residência pedagogia.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de et al. Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5699, 2024.

ANTUNES, A. C; YARED, Y. B. (2023). Práticas Educacionais Inclusivas no contexto da formação continuada: revisão integrativa de estudos no período de 2011 a 2021. **Revista Educação Especial**, 36(1), e3/1–18. <https://doi.org/10.5902/1984686X70853>.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC/CAPES. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 2020.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC/CAPES. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. **Educar em Revista**, p. 231-243, 2008.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. **Cadernos Cedes**, v. 34, p. 191-205, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 205, p. 12-22, 20 jun. 2018.

PEREIRA, Márcio. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI) INSTRUMENTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ACESSIBILIDADE DO ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MATRICULADO NA REDE REGULAR DE ENSINO. **Intercursos Revista Científica**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/view/4262>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PESSOA, Caroline. Cresce o número de alunos com deficiência matriculados nas escolas. **Radioagência**: Brasília, 14 de Abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-04/numero-de-alunos-com-deficiencia-na-escola-cresce-em-todo-pais>.

POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Professora Maria Odila, Angicos/RN, 2020.

QUEIROZ, Cristina. Alunos com deficiência em classes regulares. **A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP**. São Paulo. Abr. 2023, Edição 326.

SIQUEIRA, Carla Fernanda; REDIG, Annie Gomes; ESTEF, Suzanli. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia no processo de inclusão escolar de uma aluna com deficiência intelectual. **IV Colóquio internacional Educação, cidadania e exclusão. Anais... Campina Grande: Realize Editora**, 2015.

VALLADARES, L.. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153–155, fev. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 a edição Papirus, 2002.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. tradução ernani f. da f. rosa - Porto Alegre: artmed, 1998.



I CONGRESSO
NORTE-NORDESTE
PIBID/PPD

ZERBATO, Ana Paula; & MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Revista Educação Unisinos**, v. 22 n. 2 (2018): Abril/Junho. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>.